

# MITO - POLÍTICA - RELIGIÃO

Fernando da Conceição Barradas\*

## Resumo

Os sistemas políticos da Pré-História passaram por duas fases distintas: uma nômade; e outra, sedentária. Na fase nômade, a organização social constitui-se basicamente de clãs, tribos e cidades. Citam-se como aspectos mais importantes: o patriarcado, o caudilhamento, a monarquia eletiva e a monarquia hereditária. Na fase sedentária, aparecem os impérios e prevalecem a monarquia hereditária e a aristocracia.

## Abstract

The pre-history systems went through two distinct periods: the nomad one; and the sedentary one. In the nomad period, the social organization constitutes basically of clans, tribes and towns. The most important aspects are: the patriarched, the caudilhament, the elective monarchy and the hereditary monarchy. In the sedentary period appears the empires and prevail the hereditary monarchy and the upper class.

## Introdução

Sustentar o poder político perante um povoação, ou mesmo uma microetnia tribal, foi sempre

difícil. Disputado por oligarquias, etnias, caudilhos, ou grupos que se pretendem hegemônicos, a ascensão e manutenção do poder político inspirou leigos e intelectuais, a ponto de as discussões se situarem entre a arte e a ciência. Desde guerras cruentas do passado às sociedades ditas humanistas e democráticas do estado moderno que, mais sutis, degeneram no fisiologismo, corporativismo, empreguismo e tantas outras práticas ilícitas de sustentação, a religião esteve sempre presente, na órbita do "status" político.

Mito e política gozaram de estreita intimidade ao longo do processo evolutivo da história.

É o que se pretende abordar no presente estudo. Dividir-se-á o estudo em duas partes, assim constituídas: 1. A evolução política da pré-história; 2. A religião na pré-história.

## 1. Evolução política da pré-história

A evolução política da pré-história passa por duas fases distintas: uma fase nômade e outra de caráter sedentário.

### 1.1 A fase nômade

A fase nômade possui formas de organização

\*Docente da UNIPAR

social de caráter clânico, tribal e, por último, urbano. Politicamente prevalecem: o patriarcado, o caudilhamento, a monarquia eletiva e a monarquia hereditária.

#### a) O patriarcado

Quando a densidade populacional era muito pequena e a terra se encontrava raramente povoada, o sistema social era o de clãs, grupos de cerca de trezentas pessoas ligadas pela consangüinidade. Mas o parentesco esbarrava numa dificuldade - identificá-lo pela linhagem paterna. Ascendentes e descendentes eram conhecidos apenas pelo lado da mãe. Como ainda não havia relações estáveis de cônjuges, homens e mulheres passavam a considerar-se parentes, não pela mãe comum, mas pelo totem comum. Quando o clã precisava se dividir, em conseqüência do crescimento demográfico, formavam-se, então, outros clãs que, no seu conjunto, constituíam as frátrias. Separados geograficamente, sabiam ser parentes, porque tinham um totem comum.

O clã deve anteceder à família; e nele, o homem não desempenha qualquer papel familiar, apenas uma mulher e sua prole. Isso, no período nômade, em que o homem era apenas coletor, uma sociedade matriarcal, portanto.

De certa forma, esses animais, elevados à condição sagrada, cumpriam um papel de identidade e solidariedade que, de outra forma, seria impossível.

Essas pequenas comunidades, coletoras, como nossos índios, constituíam um grupo solidário de sobrevivência. Não havia ainda o princípio de autoridade política. O patriarca tinha uma ascendência sobre o grupo, por ser um ancião, muito experiente, capaz de conduzir sua gente às melhores pastagens, aguadas mais piscosas, melhores regiões de sobrevivência. O patriarca era, pois, o chefe da família, não o chefe político do clã, pois ainda não existia a autoridade política.

#### b) O caudilhamento

A primeira forma de organização política foi a tribo. Aparece a chefia permanente, encarregada de governar. O patriarca, espécie de chefe de família nos clãs, é substituído pelo chefe da tribo, geralmente um guerreiro, um militar.

Nas sociedades primitivas não havia classes sociais. A luta, na fase nômade, era pela alimentação, sobrevivência do grupo. Mesmo nesse tipo primitivo de organização social, não se pode dizer que havia igualdade absoluta. Feios e belos, estúpidos e inteligentes, fortes e fracos, sempre existiram, mesmo em sociedades comunitariamente solidárias.

As diferenças naturais são inevitáveis. Diferenças determinadas, é verdade, pelo nível biológico, sem ser um produto social. Essas diferenças é que vão determinar o chefe político da tribo, em geral aquele guerreiro mais forte e valente, que se destaca na guerra e nas operações de caça. Não havia, naquele momento, qualquer princípio ideológico de caráter político, nenhuma doutrina capaz de influenciar na escolha do governante. Era admirado por suas façanhas guerreiras e, com isso, o respeitavam. O grupo obedecia naturalmente, era um caudilho. Quando envelhecia e lhe faltava força necessária, era substituído por outro caudilho. Na fase do nomadismo, em que se vivia da caça, da pesca e da guerra, só os indivíduos com essas condições é que podiam alcançar a condição de governantes.

#### c) A monarquia eletiva

Religião e política foram fatores importantes nesse processo de determinar a autoridade política. O sacerdote atribui ao chefe atributos sagrados. Paramentos como um báculo, um adorno na cabeça, uma coroa, conferem a autoridade política.

Quando o homem deixa de ser coletor ou caçador, para se tornar pastor, surge a monarquia eletiva. Então, o chefe da tribo não poderia ser apenas um valentão de cabeça vazia. Deslocar populações

inteiras, velhos, mulheres, crianças e o gado, em condições difíceis, é uma tarefa que exige racionalidade, organização e inteligência. Muito mais, portanto, que a mera força física do antigo chefe da tribo.

Uma assembleia de guerreiros passa a eleger, por maioria, o rei ou cacique. Não há princípio de liberdade nessa escolha. Antes, o escolhido já se impunha pela violência e intimidação. É aí que entra a classe sacerdotal para legitimar o escolhido. O sacerdote supremo, com o seu corpo de pajés auxiliares, consulta as divindades, os oráculos, estuda as entranhas de inimigos, para determinar os augúrios do escolhido. Ele é sempre aprovado pelos deuses e aclamado pela assembleia. A monarquia eletiva substitui o caudilhamento.

O princípio totêmico do animal sagrado prossegue por muito tempo. O totemismo foi a única forma de religião na fase coletora. O animal sagrado não pode ser caçado ou comido. Os hebreus têm horror ao porco, não comem a sua carne, mais porque esteve presente em sua religião em épocas pré-históricas.

Os povos agricultores elevaram à condição de deuses as forças naturais: o sol, a chuva, lua, rios, etc. O homem primitivo, pelas suas limitações científicas, não conseguia explicar os fenômenos físicos, experimental e indutivamente, daí, considerá-los manifestações dos deuses.

#### **d) A monarquia hereditária**

A monarquia eletiva evoluiu para a hereditária. O conceito de herança é tão antigo quanto o de propriedade. Ninguém na tribo nunca discutiu a posse dos objetivos pessoais para os filhos ou parentes. Discussões existiram entre os próprios filhos. As condições materiais é que de modo gradual e lento determinam a evolução para a monarquia hereditária. Quando se partia para a guerra, os riscos de o chefe da tribo morrer em combate eram muito grandes. Necessário escolher, de antemão, um sucessor. Era

uma questão de segurança, de dar estabilidade ao grupo.

Tendo o domínio da assembleia de guerreiros, o cacique impunha o nome de seu filho, irmão ou parente muito chegado. Esse costume acabou se transformando em lei e gerando a monarquia hereditária. A essa altura, o desenvolvimento material já havia constituído a diferença de classe. Nas sociedades coletoras, as diferenças eram biológicas; com o pastoreio, guerreiros e sacerdotes passaram a reclamar o tributo, que lhes permitia dedicar-se apenas àquela atividade. Surge com o tributo, o germe de uma diferença de classes, principalmente daquela que goza de uma situação privilegiada.

A classe sacerdotal foi, então, constituída por elementos das famílias nobres ligadas ao poder.

### **1.2 A fase sedentária**

Na fase sedentária, aparecem as cidades e os impérios nos quais prevalece um tipo de monarquia hereditária e aristocrática.

Acredita-se que a prática da agricultura, com a formação de grupos sedentários, tenha surgido há aproximadamente doze mil anos antes de Cristo, na Palestina e outras regiões de regadio do Oriente.

O homem empenhado diuturnamente no labor da horta é, em geral, pacífico e desprotegido. Tribos nômades os atacam para roubar seus celeiros. Para se defender, pagam tributos aos guerreiros que, detentores do poder militar, subjugaram também os próprios agricultores. A posse da terra passou das mãos dos agricultores para a dos guerreiros. O expansionismo militarista de cidades vocacionadas para a guerra fez a conquista de vastas áreas geográficas e a formação dos primeiros impérios.

Com a agricultura e o surgimento dos impérios, acentuavam-se as diferenças de classe. A nobreza passou a ser a classe hegemônica. A força da nobreza emanava do poderio militar e da posse da terra. O clero, nesse contexto, era constituído exclusivamente por elementos da nobreza e continuou

no seu papel de legitimar o poder dos governantes. Surgiu também a escravidão. Quando o homem era pastor, eliminava os derrotados; agora, aproveita-os para o trabalho no campo, como base da mão-de-obra.

## 2. A religião na Pré-História

O papel da religião na pré-história é de inegável importância. Estudar-se-ão a seguir alguns aspectos importantes referentes à legitimação e limitação do poder, às interrelações entre o poder político e o poder religioso e suas conseqüências.

### 2.1 A legitimação e limitação do poder pela religião

A questão da legitimação do poder passa pelos trâmites da concessão, herança, rituais sagrados condicionantes das investidas e da hierarquia social.

#### a) A concessão do poder

Max Weber trata da legitimidade do poder e defende que nenhuma dominação se satisfaz com a obediência pura, mas busca transformar a disciplina em adesão à verdade que ela representa - ou pretende representar. Dentre outros mecanismos capazes de legitimar o poder, Max Weber destaca o que chama de dominação tradicional, que tem por base a crença no caráter sagrado das tradições e na legitimidade do poder, conservado de acordo com o costume; a dominação de caráter emocional, em razão de sua santidade, de seu heroísmo, ou de sua exemplaridade.

A relação de comando e obediência para legitimação do poder, levantada por Max Weber, vai inspirar vários antropólogos. Um deles, R. Firth, lembra que o poder não pode ser totalmente autocrático. Os governados impõem limites ao poder. Certas instituições formais, como nos clãs-primitivos

- conselhos ou grupos de anciões - legitimavam o poder ao mesmo tempo em que lhe reduziam o domínio. Uma ambigüidade. Embora legitime o poder e assegure o privilégio aos seus detentores, sujeita-o a contestações. Os rituais de rebelião foram comuns nos clãs, como forma, em circunstâncias determinadas, de manifestar tensões resultantes de desigualdades.

A propósito, J. Vansina, antropólogo que estudou formas de dominação do poder dos reis da África, confirma que a natureza da estratificação social que rege a distribuição de governantes e governados tem, no sagrado, a base de legitimidade de todo governante "primitivo". Os chefes clânicos dispõem sempre de um poder político derivado de sua posição religiosa.

#### b) O poder herdado dos mitos

Nas sociedades primitivas, hierarquicamente constituídas a partir da proximidade genealógica, os mais velhos herdavam o poder. Essa hierarquia justificava-se pela referência ao mito - os antepassados eram assemelhados a deuses ou heróis e considerados seus companheiros.

Em geral, nessas sociedades de linhagem, o primeiro dos reis fundou o clã superior de onde são recrutados os soberanos. Não só o poder político, mas as diferentes posições sociais do clã estão ligados a essas linhagens consideradas privilegiadas, que foram perpetuadas pela tradição oral. O chamado poder sobrenatural, ou dos desígnios, é exercido por elementos dessas linhagens. O chefe de clã ou de linhagem é o ponto de junção entre o clã atual, constituído pelos vivos e os valores finais que foram elaborados pelos antepassados. O chefe do clã transmite a palavra dos antepassados aos vivos; a dos vivos aos antepassados. Esses rituais fazem parte da estratégia política. Só os proeminentes podem constituir um poder novo.

O antropólogo R. Middleton mostra bem a relação do ritual com a autoridade em estreita relação. É o caso de legitimar o primogênito como herdeiro,

numa sociedade de linhagens de tribos de Uganda. Vários altares são colocados em tais rituais, de modo que os caçulas não chegam aos lugares dos deuses mais elevados. Membros de estratos sociais inferiores não têm poder de divindade para assumir a chefia. Segundo o antropólogo londrino B. Malinowski, o mito é um instrumento manipulado pelos detentores do poder, do privilégio e da propriedade. Os mitos dão base moral ao poder e criam um sistema fundado juridicamente no Direito.

O cumprimento dessas normas jurídicas é fiscalizado pelo pessoal sacerdotal, segundo A. Richards. Esses sacerdotes são espécie de conselheiros do rei e adaptam esse código a novas circunstâncias para legitimar as mudanças que contrariem os cânones constitucionais.

O sagrado intervém, assim, no poder para legitimá-lo. Por outro lado, governantes abusivos, que contrariam as concepções do cargo que exercem, são depositos.

### c) Os rituais sagrados condicionantes

O cargo de governante, segundo M. Fortes, que estudou sociedades tribais da África, não tem apenas um caráter técnico, mas também moral e religioso, nítido nas funções político-rituais. O caráter religioso dá ao governante força coercitiva às obrigações morais que concorrem para o bem-estar e prosperidade da sociedade.

Os chefes dos clãs demonstram capacidade de governar pelo domínio ritual sobre a natureza: são os fazedores de chuva. Controlam as forças vitais da natureza e, com isso, justificam seu poder de dominação sobre os homens. Governam seus súditos, porque têm sua origem no campo do sagrado.

Clãs da África, ainda deste século, estudados por antropólogos, utilizam símbolos sagrados que divinizam o rei, como o uso de uma bebida, ritual que o liga a seus antepassados e a terra divinizada onde moram os deuses. Beber o néctar sagrado é achar-se empenhado através de juramento de obediência à

ordem de seus antepassados fundadores do reino.

Por isso, deve-se acatar as ordens daquele que é o legítimo sucessor deles. Assim, o poder fica acima da sociedade, distanciado dela e, com isso, tem grande força de coação. Forças que regem o universo, mantêm a vida, usada também como instrumento de dominação.

A ordem social seria, então, instaurada pelos fundadores do estado. O ritual sagrado assegura a manutenção dos valores considerados espiritualmente perfeitos, necessários e imprescindíveis à existência social. Por isso, a solidariedade entre o sagrado e o político permite a manutenção do segundo. Os atentados e conspirações contra o governante ou contra o sistema são considerados sacrílegos. Atos subversivos são passíveis de pena de morte, aplicada de forma ritual.

### *Funerais e investiduras*

Funerais nas sociedades arcaicas representam um momento de recriação da ordem que concorre para a manutenção da máquina política. O luto é uma purificação que redonda em nova aliança com os membros antepassados da coletividade. A cerimônia de luto engloba toda a comunidade, homenageia os mortos antepassados e conclui o luto exaltando o nascimento. Através da dança, esses rituais exprimem o dinamismo do universo, exaltam os homens, seus antepassados, seus deuses e suas riquezas.

Essas cerimônias têm uma eficácia terapêutica. Descarregam os conflitos potenciais e aproximam os laços de clãs afastados. Nessas cerimônias, o chefe, detentor do poder político, aparece sempre como figura central. Não só as cerimônias de luto, mas as de caráter periódico e de cunho religioso, têm o objetivo de manter o chefe no gozo do poder, sem contestação.

Investidura - O advento de um novo rei é sempre uma evocação aos primórdios, aos antepassados. O novo investido é apresentado como o criador daquela comunidade. É um novo chefe,

revigorado, provindo de suas origens remotas.

O processo de investidura é sempre uma tentativa de reforço. Os fundadores daquele grupo ou daquela religião são sempre parceiros do novo investido. O novo soberano é, portanto, transformado em mito. A entronização é também um momento de rejuvenescimento, um novo recomeço.

### *Rituais de cunho moral*

As kronias gregas e as saturnais romanas eram cerimônias que atentavam contra a boa ordem e os costumes dessas sociedades, com o objetivo de mostrar a autoridade suprema como regeneradora da ordem social. Pratica-se, então, uma cerimônia de luxúria, em que o rei é representado por um escravo e as concubinas do rei praticam lascívia com ele. Ao final, o escravo que usou as concubinas do rei é crucificado ou enforcado. Essas cerimônias de cunho religioso, comuns também na Babilônia, buscavam revitalizar periodicamente o poder do rei.

Pesquisas recentemente feitas por antropólogos na Costa do Marfim, puderam constatar uma encenação que supõe a morte do rei e a tomada do poder pelos escravos. Nesse interregno em que o poder se torna vacante, os cativos praticam os maiores abusos. Usam tangas suntuosas, banqueteiaram-se e bebem. Mostram riqueza e prestígio, infringem as ordens sagradas. Depois do enterro simulado do rei, o falso poder é abolido, as tangas rasgadas e os cativos executados. Tudo volta à sua posição anterior. O soberano traz de volta uma sociedade organizada. Enfim, a cerimônia cumpre sua finalidade de revigorar o poder do soberano.

#### **d) A hierarquia social condicionada pela religião**

A sociedade primitiva é vista como reflexo da estrutura ordenada dos astros e planetas - justificativa da estrutura de dominação social daquela pirâmide de estratificação. O poder político acabou sendo não uma delegação de poder do povo ao

governante, mas o consentimento a uma ordem superior da qual os céus oferecem a imagem. O poder se justifica, portanto, por uma hierarquia natural. O soberano é a encarnação de uma força superior. Sua autoridade é incontestável. A religião é a intérprete dessa ideologia. O clero e estado se encontram, por isso, intimamente ligados.

Mesmo na Europa cristã medieval e moderna, esse tipo de construção do estado existe: o príncipe recebe o poder do além. Igreja e poder político se conflitavam, pois o soberano deveria prestar contas de seus atos a Deus, à igreja e não ao povo. A coisa pública tinha de se submeter ao magistério moral da igreja. Por isso, os responsáveis pelos cultos estão na cúpula da hierarquia social. A religião é que endossa a ordem política; as desigualdades sociais são consideradas essenciais, porque elas são colocadas em termos de hierarquia. Se surge um novo governante, fruto da guerra, da conquista militar, da violência utilizada, entra seu adversário, imediatamente. Para ser legítimo, tem de se inserir de modo obediente à ordem instituída pela cosmologia. A autoridade da igreja e do governante se confundem. Uma representa a ideologia; e a outra, o poder.

Como se vê, a igreja tem uma dimensão política, na medida em que define a ideologia que torna a autoridade do rei como a de um representante da divindade na terra.

## **2.2 O pessoal religioso ligado ao poder político**

Os objetivos políticos associados à religião permitiram aos povos da antiguidade criar um aparato sócio-religioso de sustentação do poder. Entre outros destacam-se: os sacerdotes, os para-sacerdotes, o rei, o xamã, o feiticeiro e os profetas.

### **a) O sacerdote**

O sacerdote, nas sociedades primitivas, representa o seu grupo perante a divindade e a

divindade perante o seu grupo. O pai de família é o chefe apenas dos cultos familiares realizados em momentos de urgência ou gravidade que afetem o seu grupo doméstico. Invoca o parentesco dos antepassados e os deuses protetores da família. Há que ser pai para exercer a atividade sacral de sacerdote da família. Diferente dele, é o sacerdote profissional que executa os cultos públicos.

Para ser sacerdote especialista, há que ser de linhagem nobre. Aprende com outros sacerdotes a capacidade de se pôr em contato com os espíritos-divindades. A sua consagração, ou seja, o direito de representação sacral, o candidato o recebe somente após um exame perante a assembléia de sacerdotes.

#### b) Os para-sacerdotes

Para-sacerdotes vêm a ser outra figura religiosa, a de sacerdotes que exercem profissão de caráter técnico, a serviço do cliente. Em muitas civilizações antigas e primitivas, existiam dezenas de categorias desses magos: médicos, adivinhos, astrólogos, esconjuradores, etc. Destaque especial merece o adivinho. A adivinhação é uma técnica de leitura de certos sinais naturais ou artificiais para obter informações e conhecimentos úteis. Sinais naturais seriam os astros, a atmosfera, o movimento dos animais e das aves, as linhas da mão, os sonhos interpretados pelos adivinhos. A astrologia era uma forma de adivinhação. A consulta aos oráculos era bastante freqüente. Problemas privados, como causas de doenças, e públicos, como uma declaração de guerra, eram realizados em locais sagrados, num ambiente carregado de misticismo.

Os sacerdotes da antigüidade exerciam também funções judiciais, como o ordálio, que consistia em provas dolorosas, por exemplo, deitar água fervente no antebraço do suposto ladrão; se a pele empelava, era sinal de culpabilidade. Em geral, os adivinhos e outros sacerdotes justificavam sua escolha como sendo de Deus, chamados que foram em sonho. Na maioria das populações primitivas, o

cargo era hereditário, exclusivo das linhagens nobres.

#### c) O rei

O rei, em geral, nas sociedades primitivas, é o sumo sacerdote sacral. Dirige os cultos públicos de pompa, ou ligados às tradições. O estado incaico, que se estendia desde o Equador até o Norte do Chile, ao longo da costa andina, desenvolveu uma sociedade de classes que justificava as diferenças sociais através de uma adequada concentração religiosa. Como a forma original da religião incaica tinha por base elementos da natureza, o chefe do Estado era tido como descendente do sol. O sol era objeto sagrado de adoração. Os ritos eram oficializados pelo clero, através de cerimônias oficiais, realizadas mensalmente, contando com a presença da pessoa do chefe inca.

#### d) O xamã

A figura do xamã, ou médium, praticamente existe em todas as culturas. O fenômeno acontecia nos cultos através da união mística da possessão pelo espírito. Na antigüidade, esses fenômenos eram conhecidos por transe, possessão, êxtase, xamanismo, possessão demoníaca, etc. Hoje, são chamados de espiritismo, espiritualismo, pentecostalismo, etc. São infindáveis os exemplos dessas manifestações complexas, de cunho psiquiátrico e parapsicológico.

O êxtase é a possessão que ocorre nesses cultos, como meio para se manter em contato com a divindade e os espíritos. Tremores, suores, babas, grunhidos, glossolalia, injunções, predições, mudança de identidade pessoal, força hercúlea, debilidade, etc., constituem manifestações de êxtase (fora de si). O objetivo é a cura, o alívio, a libertação da angústia e satisfação psicológica. No momento do êxtase, o possuído pelo espírito sofre forte tensão em todo o corpo, porém, de curta duração. Depois vêm o despertar e a distensão, momento em que a pessoa se sente cansada, porém serena e pacífica, assim como

todos os que participam da sessão. Muitos antropólogos vêm nesses fenômenos, práticas artificiosas, obtidas através de técnicas.

#### e) O feiticeiro

Ao contrário do xamã, o feiticeiro praticava a magia, atividade de natureza anti-social, especialmente a magia-branca e a magia-negra. A primeira, considerada benéfica; e a segunda, maléfica. Em todo caso, a feitiçaria é o mal, por isso universalmente condenada. O feitiço sempre esteve presente nas sociedades primitivas. Considerava-se a desgraça de uma família como sendo consequência do maléfico. Ninguém era feiticeiro. Quando descobertos, eram condenados até mesmo com a pena de morte.

#### f) O profeta

Nas sociedades proto-históricas, apócrifas, a tradição oral permitia aos agentes do culto mais iniciativa individual, embora respeitassem a tradição. Nas sociedades com tradição escrita, a escritura assume a condição de sacralidade e se opõe à espontaneidade dos agentes do culto. O profeta se insere como promotor de novas normas e novas estruturas, destacando que a realidade se distancia da tradição e da letra.

Os “videntes” também foram considerados profetas em situações difíceis como Samuel.

Os grandes profetas são investidos de uma missão divina, reformistas da política, da religião e da sociedade. Em geral o profeta se parece com o Xamã, pois se reclusa, medita, jejua, alimenta-se de comidas repugnantes. Tido por muitos como louco, é possuído por um espírito; depois de adoecer, vive estados ocasionais de loucura. Não se parece com o Xamã nas manifestações mediúnicas, pois sua ação é de pregação ética, de guia e reformista. Sua ação reformista pode redundar em sucesso ou fracasso.

Suas pregações tanto podem institucionalizar-se como levá-lo ao fracasso, ao antagonismo e à morte.

### 2.3 As necessidades humanas

O homem, ser emocional, sente-se inseguro neste mundo. Cria mecanismos capazes de guiá-lo, orientá-lo perante a vida e a morte insondável. Cria mitos, agarra-se à fé, normas de conduta de cunho moral, sob a forma de ponte entre este mundo e o eterno. Essa angústia leva-o a nortear-se por valores religiosos, sem cunho racional ou intelectual, os quais ditam normas morais e sociais e geram instituições políticas sacralizadas.

#### a) A segurança

Nas sociedades primitivas, os cultos eram de adoração do solo, dos lagos, de montanhas ou de animais (animais-totem). Nas sociedades matriarcais o destaque maior é dado à grande mãe e às deusas da fertilidade e da terra. Nas sociedades patriarcais, o grande rei, o pai, o deus, o chefe tribal, a lei ou o estado são objetos de culto. Tanto na organização patriarcal quanto na matriarcal, o fato comum é que o homem, em seus laços emocionais, se liga a uma autoridade superior a quem obedece cegamente.

Ligando-se a essa autoridade, o homem consegue sentir-se à vontade no mundo, porém paga um preço alto por essa segurança, o de submissão, dependência e um bloqueio de sua razão e de sua capacidade de amar. Da mesma forma que os animais, o homem sente necessidade de submeter-se a um líder forte que dá ordens e que age segundo o melhor interesse de todos. Para crer no líder, é necessário que ele tenha qualidades maiores que o de seus seguidores. Os seguidores admitem que ele seja onipotente, onisciente e sagrado, que seja um deus, sumo-sacerdote, conhecedor de todos os segredos do cosmo e que desempenhe rituais necessários à sua continuidade. A crença nas estórias fantásticas do rei ou monarca-sacerdote o levava à legitimidade do seu poder. A insegurança ou desejo de segurança, de

conforto relativo à vida material, levam a essa submissão. O homem não é livre ou de todo independente.

### b) As normas

O homem tem necessidades de valores que orientem seus sentimentos e ações. Agir diferente do que ensinaram, faz nesse homem um sentimento de culpa, uma desconfiança da parte de todos. As normas contribuem para que se perpetue qualquer sociedade. As elites que governam a sociedade usam de todos os meios à sua disposição, para fazer com que as normas sociais nas quais apoiam seu poder, pareçam ser normas sagradas e universais, reveladas por Deus ou inerentes à natureza humana.

Nas sociedades tradicionais, os valores morais não se modificavam tão rapidamente. A sabedoria social era compartilhada por todos. A inquietação existente no coração de todo ser facilitava a penetração de valores esotéricos.

A presciência da morte cria uma angústia. As pessoas desenvolvem complexos de culpa que levam a renunciar à razão. Desencadeia-se no plano de um verdadeiro terrorismo intelectual, pois, apenas pelo raciocínio e pela razão, não se obteria um enquadramento moral tão forte das pessoas. Essa ideologia forte, anti-científica, se impõe pela religião. Quem nega esses valores, comete heresia. Sacerdotes, feiticeiros e todas as outras categorias clericais reservam para si o monopólio de apontar o bem e o mal, de condenar ou de louvar. Assim se forma a opinião pública, a partir de valores religiosos que, em seus processos, se aproximam do terrorismo intelectual. Hoje é bem diferente: a propaganda e os meios de comunicação de massa facilitam a propagação de temas novos à população.

### c) A fé e a esperança

Erich From em sua obra, “Revolução da Esperança”, discorre sobre a fé. From liga a esperança

à fé como estrutura de vida. A fé não poderia ser sustentada sem o estado de espírito da esperança. A estrutura da vida liga outro elemento: a fé e a esperança. A firmeza tem o sentido de destemor. Detém-se em vários tipos de destemores e, dentre outros, cita o destemor da pessoa que vive em submissão simbiótica a um ídolo, seja ele uma pessoa, uma instituição ou uma idéia; as ordens do ídolo são sagradas, até mesmo são muito mais obrigatórias do que os comandos de sobrevivência do seu corpo.

Se pudesse desobedecer a esses comandos ou duvidar deles, ela enfrentaria o perigo de perder sua identidade com o ídolo; isso significa que ela estaria correndo o risco de se encontrar totalmente isolada e, assim, à beira da loucura. Ela está disposta a morrer porque teme expor-se a esse perigo.

## 2.4 O messias e sua ação política

A ação messiânica de supostos iluminados possui uma ascendência de vital importância para a justificação da dominação.

### a) O messianismo

O messianismo, como movimento de transformação social e política, tem merecido atenção especial de antropólogos, sociólogos e historiadores, como Max Weber, Roger Bastide, Eric Hobsbawn, Engels, Robert K. Merton, Claude Lévi Strauss, E. Lazzareschi e tantos outros.

Não nos cabe aqui discutir textos pré-cristãos e cristãos que, baseados em descrições bíblicas, permitam uma classificação de verdadeiros e falsos messias. O desenvolvimento de conceitos históricos e antropológicos a respeito do tema é que nos chamam a atenção.

Max Weber e Paul Alphantéry chegaram ao seguinte teor de definição sobre o messias: alguém

enviado por uma divindade para trazer a vitória do bem sobre o mal, ou para corrigir a imperfeição do mundo, permitindo o advento do paraíso terrestre, tratando-se, pois, de um líder religioso e social. O messias, no entender dos renomados sociólogos, seria um líder carismático, diferente da liderança tradicional e da liderança burocrático-legal. As leis são impostas aos comandados, porque eles acreditam nas qualidades sobrenaturais do líder.

Esse fenômeno pôde ser estudado por sociólogos e antropólogos, não só em civilizações judaico-cristãs, mas até mesmo em tribos indígenas anteriores à colonização americana. Entre tribos africanas e do Oceano Índico, também foi constatada a existência dessas modalidades de crenças num deus que habitara entre os homens, se zangara com eles e partira, devendo voltar um dia.

## **b) Características gerais do messianismo**

Segundo Hobsbawn, qualquer desestruturação ou desorganização das condições sociais e econômicas teria possibilidade, em qualquer sociedade, de desencadear um movimento messiânico. As condições como se formam, apresentam sempre o mesmo ritmo cíclico: forma-se uma lenda sobre o messias; ocorre um interstício, e finalmente, o seu aparecimento; organiza-se um grupo messiânico; desaparece o messias, formula-se o seu reaparecimento, prega-se o fim do mundo que não ocorre e acaba relegado para um pouco mais tarde. Esse ciclo verifica-se de modo homogêneo nos movimentos primitivos e medievais, quando o messianismo era mais freqüente, bem como em passado mais próximo.

Outro ponto de identidade é a crença na volta de um santo, de um herói, dos antepassados para criar um paraíso onde todos os indivíduos seriam iguais de corpo e alma, libertos da doença, da morte, e dos sofrimentos. As grandes catástrofes, em geral, são sinais de que a chegada do grande messias está próxima.

Os paraísos terrestres criados por esses salvadores são de diversas espécies, constituídos numa ordem mitológica. A idéia de sociedade imperfeita e que chegará fatalmente a um fim e que necessita de uma modificação, é a essência do movimento messiânico.

Segundo Max Weber, esses movimentos pregam sempre que é necessário seguir à risca as prescrições do profeta. Quanto mais se sofre e mais se obedece a Deus, mais facilmente se alcança a benevolência do profeta.

Tanto o cristianismo primitivo, quanto o judaísmo, como todas as outras religiões de salvação, se apegaram à noção de Paraíso Terrestre. Compensação pelos sofrimentos e pela posição desprivilegiada que ocupa.

## **c) O messias e a contestação do poder**

Foi comum nas sociedades arcaicas, em situações de crise, a contestação ao poder com o surgimento de um messias e de movimentos proféticos. R. Lowie estudou esse fenômeno em sociedades indígenas dos EUA e da Melanésia. Esses messias são inventores de cultos novos com propostas de um novo modelo com um quadro social renovado. É a confrontação política que acontece através de defrontações religiosas.

Essa inovação religiosa pode redundar em revolta ou na manutenção dos privilégios aristocráticos. Os reis vigentes, históricos, que dominaram seus súditos de maneira despótica, passam a enfrentar um outro que propõe uma igualdade mística.

Às vezes, esses movimentos de contestação ao poder vigente se manifestam com a anunciação da volta de defuntos, antepassados sobrenaturais, que vêm libertar os servos e os sacerdotes, vítimas da servidão dos aristocratas. Combatiam-se os que detinham o monopólio do sagrado com o próprio sagrado, porém, renovado.

## Conclusão

Sagrado e profano, religião e poder, através de tradições devidamente conservadas por sacerdotes e por cultos, fundem funções mitológicas e políticas. Os movimentos de reforma religiosa sempre se constituíram, segundo La Barre, em cultos derivados da crise. Momentos de crise provocados por calamidades coletivas, cataclismos naturais, evidenciam a insuficiência das condições humanas e das instituições sociais e desencadeiam movimentos de reforma religiosa; crise de frustração profunda que não pode ser resolvida por métodos de rotina do plano secular.

Os profetas ou messias, sob cujas figuras discorremos, em geral se tornam líderes desses movimentos reformistas. Muitas vezes não logram êxito completo, mas acabam reformando suas próprias estruturas ou as vigentes. Todas as igrejas, em todas as épocas, necessitam de reforma e renovação para manter sintonia com a nova ordem social do tempo em que vivem. Nas igrejas cristãs, especialmente a católica, verificamos esse fenômeno reformista nos períodos pós-conciliares.

Nas sociedades situadas em passado mais remoto, a reforma religiosa decorrente de crises, especialmente políticas, se constitui em instrumento para legitimar um poder sem base judicial, justificado apenas pela tradição e pelos valores sagrados.

Em geral, os profetas ligam sua pregação moral aos movimentos políticos. Tornam-se chefes de uma facção. Em épocas recentes, muitos líderes nacionalistas africanos, que lutaram contra a descolonização européia, eram tidos como profetas, pela pregação moral contra os dominadores e pela defesa da nova ordem. No Quênia, surgiram diversos e todos foram aprisionados ou assassinados.

Os movimentos sociais que aconteceram na Pré-História, foram revoltas dentro do sagrado. Revoltas do sagrado contra os que monopolizavam o mito e sempre buscaram consolidar os seus privilégios, O intento, segundo Gluckman, na maior parte das vezes era mudar o poder, nunca o regime político.

## Bibliografia

1. BELANDER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. 181 p.
2. BERNARDI, Bernardo. **Antropologia**. Lisboa: Teorema, 1989. 138 p.
3. BERNARDO, Bernardi. **Introdução aos Estudos Etno-anropológicos**. São Paulo: Martins Fontes. 1982. 432 p.
4. BEZERRA, Felte. **Problemas de antropologia**. Rio de Janeiro: Ouvidor, 1975. 239 p.
5. CAMPBEL, Joseph. **As máscaras de deus**. São Paulo: Palas Athena, 1992. 380 p.
6. CROUZET, Maurice. **História geral das civilizações**. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. 17 v.
7. ENGEL, Jean Marie e PALANQUE, Jean Remy. **O império romano**. São Paulo: Atlas, 1978. 207 p.
8. GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Koogan, 1989. 321 p.
9. MAIR, Lucy. **Introdução à antropologia cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 291 p.
10. \_\_\_\_\_. **Introdução à antropologia social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 291 p.
11. MOSCA, G. **História das doutrinas políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1962. 416 p.

12. SAHLINS, Marshall, D. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 175 p.
13. SHAPIRO, Harry L. **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1956. 432 p.
14. SHAPIRO, Harry L. **Homem, cultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1996. 423 p.
15. WEBER, Alfred. **História sociológica da cultura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970. 569 p.
16. ZAMORA, Juan Clement. **O Processo Histórico**. Lisboa: Processo, 1984. 262 p.

DESENVOLVIMENTO E ORGANIZAÇÃO

Wagner José R. de

Resumo  
O acelerado desenvolvimento tecnológico do final do século XX está possibilitando um repensar das organizações e das pessoas frente às mudanças, rompendo e modificando valores e processos. O trabalho ressalta a importância do desenvolvimento investido no desenvolvimento das pessoas para que possam compreender e lidar com as mudanças, satisfazendo expectativas e expectativas pessoais e da empresa.

Abstract  
The accelerated technological development of the end of the 20th century is making possible to think again about the organizations and the persons front to the changes, breaking up and modifying values processes. The work emphasizes the importance of the organizations invest in the development of the persons, so that they can comprehend the changes and the changes, satisfying the personal expectations and expectations and of the enterprise.

Introdução

Há três anos já vivida do milênio, ficamos

\* Mestrando em Psicologia, Docente da UNIBR.